



ALFA SEGURADORA S.A.

C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas do Relatório de comitê de auditoria, Relatório de auditores independentes e Parecer dos auditores.

Comentários sobre nossas operações

Os prêmios emitidos (desconsiderando os prêmios de riscos vigentes não emitidos) tiveram uma queda de 19,5% quando comparados com o mesmo período do ano anterior, devido retração de prêmios na carteira auto. O índice combinado operacional (sinistros, custos de aquisição, resultado com resseguro e outras receitas e despesas operacionais) foi de 89,4% representando melhora no índice em 8,6 pontos percentuais comparados com o mesmo período do ano anterior. As despesas administrativas representaram 10,6% do prêmio ganho e tiveram alta de 1,0 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. As receitas das aplicações financeiras, basicamente em títulos públicos federais, representaram 5,6% do prêmio ganho e tiveram um aumento de 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado da Companhia apresentou lucro de R\$ 9,8 MM devido nova política de subscrição de riscos, visando a redução de frequência de sinistros que refletiu recuperação de 160% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia manteve o contrato de resseguro de excedente de responsabilidade nas carteiras de Motor e Property e a modalidade de cota-parte para toda a carteira de seguros de condomínio cedendo 90% aos resseguradores.

Conforme previsto em Estatuto da Companhia, sobre o lucro, é constituída a Reserva legal, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social e demais reservas estatutárias conforme previsto na lei. Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício cujo propositos e que serão apreciados pelos acionistas em A.G.O.

Cenários e perspectivas

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento próximo de 3,0% em 2024, impulsionada pelo setor agropecuario e extrativo. A forte expansão da safra de grãos, especialmente soja e milho, viabilizou o aumento do PIB agropecuario em 17%, enquanto o forte crescimento da produção de petróleo e de minério de ferro permitiu a expansão da oferta extrativa mineral acima de 7% no ano passado.

O consumo das famílias permaneceu robusto. A manutenção do novo valor estipulado para o programa Bolsa Família em meados de 2022 e, especialmente, a redução da inflação permitiram que o consumo a preços constantes crescesse em torno de 3,3% em 2023. Para este ano, a continuidade do processo de desinflação suportará o poder de compra, enquanto a queda da taxa Selic permitirá uma aceleração gradual da concessão de crédito, sustentando o consumo das famílias e favorecendo os investimentos das empresas. Estimamos que o PIB real apresentará expansão de 2,5% em 2024.

As contas externas permaneceram saudáveis. O saldo comercial atingiu superávit recorde de US\$ 99 bi em 2023, favorecido pelas exportações de grãos, petróleo e minério de ferro. Por outro lado, a expansão moderada da demanda doméstica e o patamar desvalorizado da taxa de câmbio real ajudaram a arrefecer as importações. Nesse contexto, a taxa de câmbio valorizou cerca de 7,7% no ano passado.

O IPCA passou de 5,8% em 2022 para 4,6% em 2023, incluindo aumento de impostos e tarifas sobre commodities e energia elétrica. A queda do preço de commodities em moeda local contribuiu para a queda de 5,0% nos preços no atacado, com reflexos ao consumidor. A inflação de bens industrializados passou de 9,5% em 2022 para apenas 1,1% em 2023, incluindo deflação de 0,4% nos duráveis. Além disso, o aumento da oferta agrícola permitiu que os preços de alimentos no domicílio recuassem 0,5% no ano passado. O arrefecimento dos custos de produção deve levar o IPCA para 3,5% nesse ano, já incluindo novamente aumento de impostos e impactos adversos do evento climático El Niño.

Assim, o Banco Central do Brasil iniciou o ciclo de redução da taxa Selic em agosto do ano passado, cortando os juros básicos de 13,75% a.a. para 11,75% a.a. no final de 2023. Acreditamos que o ciclo de afrouxamento monetário será estendido até, pelo menos, 8,75% a.a. neste ano, o que beneficiará o mercado de crédito.

No âmbito fiscal, o resultado primário do setor público consolidado apresentou déficit de 2,3% do PIB em 2023, incluindo pagamento de precatórios e compensações a Estados de R\$ 107 bi no final do ano passado. Excluindo esses dois efeitos pontuais, o déficit fiscal aproximou de 1,1% do PIB. A manutenção do arcabouço fiscal implicará em ajuste gradual das contas públicas nos próximos anos, mantendo a nossa solvência fiscal.

No cenário internacional, o ciclo de aumento da taxa de juros praticado pelos principais bancos centrais ajudou a estabilizar a demanda por bens e arrefeceu a produção industrial mundial, contribuindo para a moderação dos preços de commodities no ano passado. Isso, somado com a desaceleração da atividade chinesa, atuou para reduzir os preços de insumos de produção e diminuir as pressões inflacionárias. Nos Estados Unidos, a inflação ao consumidor passou de 6,5% em 2022 para 3,4% em 2023. No mesmo período, a inflação passou de 9,2% para 2,9% na zona do Euro. Essa redução da inflação deve levar a autoridade americana e europeia a iniciar um ciclo de redução da taxa de juros até meados deste ano.

O período de janeiro a outubro de 2023 foi marcado pela maior procura por produtos oferecidos pelas seguradoras, o que refletiu no aumento de 3,3% da arrecadação e no pagamento das indenizações, resgates, benefícios e sorteios pelo setor comparado ao mesmo período de 2022. Os maiores índices de arrecadação ficaram por conta dos ramos do Patrimonial: o seguro Condomínio, que cresceu 34,1%, totalizando R\$ 552,1 MM. (Fonte CNSEG)

O levantamento da CNseg também destaca que, em 2023, o setor viu a demanda avançar em 8,4% em relação ao ano de 2022, com mais de R\$ 319,2 bilhões em arrecadação (sem Saúde e sem DPVAT). Em arrecadação, também tiveram destaques o Automóvel, que somou R\$ 46,1 bilhões, crescendo 11,7%, e o Vida com R\$ 24,9 bilhões e alta de 12,3%. (Fonte CNSEG)

A expectativa da CNseg para o fechamento do ano de 2023 é que o setor atinja um faturamento de R\$ 663 bilhões, registrando um avanço de 10,4% em todos os segmentos, mais de R\$ 60 bilhões acima do arrecado em 2022. (Fonte CNSEG)

Para Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, é possível aprimorar ainda mais os resultados. "O nosso maior desafio é aumentar a cobertura de seguros no Brasil. Por isso, temos colocado atenção e esforço, para fazer o benefício do seguro chegar a um número cada vez maior de pessoas", explica o executivo. No período analisado, segundo o levantamento da Confederação, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste foram as que registraram maior arrecadação com R\$ 188,8 bilhões, R\$ 59,5 bilhões e R\$ 32,1 bilhões, respectivamente. (Fonte CNSEG)

A Companhia busca manter uma produção eficaz adequando os nossos produtos para a demanda do mercado atual. Na carteira de automóvel permaneceremos com nossa política austera de precificação e aceitação de risco e em ramos elementares continuaremos com foco de atuação nos segmentos de pequeno e médio porte. A companhia deverá continuar privilegiando a eficiência operacional, redução das despesas administrativas aliado a um processo de inovação e eficiência tecnológica com objetivo de melhorar a rentabilidade.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscais do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante		597.502	761.480
Disponível		777	876
Caixa e bancos		777	876
Aplicações	3	300.716	305.579
Créditos das operações com seguros e resseguros		167.207	295.113
Prêmios a receber	4	151.888	167.520
Operações com seguradoras		103	103
Operações com resseguradoras	5a	15.216	127.490
Outros créditos operacionais		9.359	11.686
Ativos de resseguro e retrocessão		46.553	60.332
Títulos e créditos a receber		7.838	12.697
Títulos e créditos a receber		3.047	6.947
Créditos tributários e previdenciários	7a	2.601	2.637
Outros créditos		2.190	3.113
Outros valores e bens		11.106	19.141
Bens à venda		11.106	19.141
Despesas antecipadas		996	1.090
Custos de aquisição diferidos		52.950	54.966
Seguros	11b	52.950	54.966
Ativo não circulante		58.335	63.579
Realizável a longo prazo		57.029	55.377
Aplicações	3	-	66
Ativos de resseguro e retrocessão		6.033	6.396
Títulos e créditos a receber		50.995	48.913
Créditos tributários e previdenciários	7a	33.194	36.265
Depósitos judiciais e fiscais	13a	17.801	12.648
Custos de aquisição diferidos		1	2
Seguros	11b	1	2
Imobilizado		726	1.019
Bens móveis		628	921
Outras Imobilizações		98	98
Intangível		580	7.183
Outros intangíveis		580	7.183
Total do ativo		655.837	825.059
PASSIVO			
Circulante		483.047	666.030
Contas a pagar		38.880	27.620
Obrigações a pagar	9a	18.332	2.301
Impostos e encargos sociais a recolher		11.601	12.569
Encargos trabalhistas		2.374	2.229
Impostos e contribuições	9b	1.676	1.107
Outras contas a pagar	9c	4.897	9.414
Débitos de operações com seguros e resseguros		63.677	191.679
Prêmios a restituir		1.105	1.488
Operações com seguradoras		8	8
Operações com resseguradoras	5c	29.671	160.293
Corretores de seguros e resseguros		31.724	28.896
Outros débitos operacionais		1.169	994
Depósitos de terceiros		772	1.004
Provisões técnicas - seguros		379.718	445.727
Danos	11a	379.718	445.727
Passivo não circulante		45.488	39.261
Provisões técnicas - seguros		33.985	29.048
Danos	11a	33.985	29.048
Outros débitos		11.503	10.213
Provisões judiciais	13a	11.503	10.213
Patrimônio líquido		127.302	119.768
Capital social	14	90.905	90.905
Reservas de capital		66	66
Reservas de lucros		36.331	28.797
Total do passivo		655.837	825.059

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	15b	533.174	673.905
Variações das provisões técnicas de prêmios		67.595	(54.436)
Prêmios ganhos		600.769	619.469
Sinistros ocorridos		(402.472)	(471.804)
Custos de aquisição		(119.382)	(118.880)
Outras receitas e despesas operacionais		(8.713)	(15.091)
Resultado com resseguro	5f	(6.476)	(1.163)
(+) Receita com resseguro		65.560	155.750
(-) Despesa com resseguro		(72.036)	(156.913)
Despesas administrativas	15f	(63.865)	(59.918)
Despesas com tributos	15g	(13.639)	(11.854)
Resultado financeiro	15h	33.329	32.010
Resultado operacional		19.551	(27.231)
Ganhos/perdas com ativos não correntes		(3)	178
Resultado antes dos impostos e participações		19.548	(27.053)
Imposto de renda	16	(4.245)	6.791
Contribuição social	16	(2.655)	4.074
Participação sobre o lucro		(2.768)	(250)
Lucro/prejuízo líquido do exercício		9.880	(16.438)
Quantidade de ações	14a	66.819.615	66.819.615
Lucro/prejuízo por lote de mil ações		147,86	(246,00)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro/prejuízo líquido do exercício	9.880	(16.438)	
Componentes do resultado abrangente			
Ajustes de avaliação patrimonial de ativos disponíveis para venda	-	-	
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente	-	-	
Resultado abrangente do exercício	9.880	(16.438)	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro/prejuízo líquido do exercício	9.880	(16.438)	
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	10.922	11.805	
Reversão de perda por redução do valor recuperável dos ativos	(3.160)	(237)	
Perda na alienação de imobilizado e intangível	3	1	
Varição do custo de aquisição diferido	2.017	(4.878)	
Variação das provisões técnicas - seguros	(52.092)	59.117	
Outros ajustes	-	(179)	
Varição nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	4.929	(50.031)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	131.548	(102.269)	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	14.142	(36.961)	
Créditos fiscais e previdenciários	3.107	(11.179)	
Depósitos judiciais e fiscais	(5.153)	(486)	
Despesas antecipadas	94	(640)	
Outros valores e bens	8.035	(4.736)	
Outros ativos	7.148	(4.946)	
Impostos e contribuições	569	681	
Outras contas a pagar	6.330	817	
Débitos de operações com seguros e resseguros	(128.483)	145.118	
Depósitos de terceiros	(232)	(495)	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(8.980)	30.641	
Provisões judiciais	1.290	376	
Caixa gerado pelas operações	1.914	15.081	
Impostos e contribuições pagos	2.014	-	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.928	15.081	
Atividades de investimento			
Alienação de imobilizado	9	10	
Aquisição de imobilizado	(4)	(366)	
Aquisição de intangível	(4.031)	(14.918)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(4.026)	(15.274)	
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(98)	(193)	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	876	1.069	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	777	876	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldo em 01 de janeiro de 2022	90.905	66	6.059	39.176	41	-	136.247
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(41)	-	(41)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(16.438)	(16.438)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	(16.438)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	90.905	66	6.059	22.738	-	-	119.768
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.880	9.880
Proposta de destinação do lucro do exercício:							
Reserva legal	-	-	494	-	-	(494)	-
Dividendos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(2.346)	(2.346)
Reserva especial para dividendos	-	-	-	704	-	(704)	-
Reserva estatutária para aumento de capital	-	-	-	6.336	-	(6.336)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	90.905	66	6.553	29.778	-	-	127.302

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Alfa Seguradora S.A. (Seguradora ou Companhia) tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Alameda Santos, 466, São Paulo - SP.

A Alfa Seguradora S.A., no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com as empresas do Grupo Alfa, mantendo com estas, operações as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 18. Com a conclusão da aquisição pelo Banco Safra em 06/11/2023, houve alteração no controle que passou a ser a controladora direta da Companhia é a Corumbal Participações e Administradora Ltda. com 99,991% de participação e o acionista Banco Safra S.A. com 0,009% de participação.

Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas empresas do Conglomerado Alfa ("Contrato"). Após aprovação pelas autoridades competentes, a transação foi concluída em 10 de outubro de 2023, com o pagamento integral no montante de R\$ 1,078 milhões. O valor global da operação (i) foi baseado em uma avaliação de 0,70x do patrimônio líquido de cada uma das sociedades operacionais que fazem parte do Conglomerado Alfa na data-base de 31 de agosto de 2023, acrescido da posição de caixa na Alfa Holdings, Consórcio Alfa e Corumbal Participações e Administração Ltda.; e (ii) observou determinados ajustes previstos no Contrato, para refletir a variação patrimonial das empresas que fazem parte da operação.

Em 06 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil emitiu o ofício aprovando a transferência do controle societário do Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., em conjunto, Conglomerado Alfa, para o Banco Safra S.A. e, a SUSEP emitiu o ofício aprovando a transferência do controle societário da Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A., sendo a partir dessa data, o Banco Safra a Instituição Líder das empresas do Conglomerado Alfa.

2. Descrição das políticas contábeis materiais

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicando as instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras. A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais futuras - Despesas Administrativas que incluem as despesas não alocaáveis aos sinistros, Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Premissas econômicas - Conforme disposto no Art. 42, da Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTL) pré-fixada, de dezembro de 2023, divulgada pela SUSEP, para descontar o fluxo de caixa futuro ao valor presente.

Caso sejam identificadas quaisquer deficiências nas linhas de negócios analisadas, a perda é registrada imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo o Custo de Aquisição Diferido, ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

A Companhia realiza o Teste de Adequação de Passivos a cada data-base de demonstração financeira. O teste realizado para 31 de dezembro de 2023 demonstrou que as provisões atualmente registradas são suficientes para fazer face às obrigações da Companhia para com os segurados.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma provável obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

O critério de provisionamento para as provisões civis é de 75%, de acordo com estudo estatístico atuarial realizado e as provisões trabalhistas são de 100% do valor pedido para ações com risco de perda Provável, que representa a expectativa de desembolso para esses tipos de ações, 0% para ações com risco de perda Possível e 0% para ações com risco de perda Remota.

p. Benefícios aos empregados

A Companhia possui obrigações de benefícios de curto prazo para Empregados e Administradores, tais como seguro-saúde, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, que são reconhecidas no resultado do período à medida que são incorridos.

q. Resultado

O resultado do período é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros são registrados no momento em que ocorrer primeiro, emissão ou o início de vigência, reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Os sinistros são registrados no momento do aviso e seus ajustes de acordo com o andamento da regulação dos mesmos.

Os contratos de resseguros proporcionais são classificados como "Contrato de Seguros", sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. Já os contratos de resseguros não proporcionais são reconhecidos de acordo com as normas vigentes e metodologias definidas pela própria SUSEP.

Receitas e despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável, reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

3. Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras: por prazo, por título e hierarquia do valor justo

31 de dezembro de 2023									
Valor justo por meio do resultado	Nível	Taxa SELIC	Até 3 meses e sem vencimento			Valor do custo atualizado	Ajuste justo	Valor justo/Contábil	%
			3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos				
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	-	-	-	3.073	-	3.073	100%
Fundos de investimentos	Nível 1	SELIC	-	102.015	53.579	138.864	271.368	294.458	97,92%
Letras financeiras do tesouro	Nível 2	11,64% PRE	3.073	-	-	-	-	3.073	1,02%
Nota do tesouro nacional - compromissada	Nível 2	11,64% PRE	3.073	102.015	55.259	140.369	277.574	300.716	100%
Total			3.073	102.015	55.259	140.369	277.574	300.716	100%

31 de dezembro de 2022										
Valor justo por meio do resultado	Nível	Taxa SELIC	Até 3 meses e sem vencimento			Valor do custo atualizado	Ajuste justo	Valor justo/Contábil	%	
			3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos					
Fundos de investimentos	Nível 1	SELIC	-	50.058	144.068	99.583	268.863	293.708	96,09%	
Letras financeiras do tesouro	Nível 2	13,64% PRE	11.325	-	-	11.369	(44)	11.325	3,71%	
Letras do tesouro nacional - compromissadas	Nível 2	13,64% PRE	66	-	-	66	-	66	0,02%	
Outras aplicações			-	-	-	-	-	-	-	
Titulos de renda variável			546	-	-	2.488	(1.942)	546	0,18%	
Ações	Nível 1		11.937	50.058	144.068	99.583	282.786	22.860	305.645	100%
Total			11.937	50.058	144.068	99.583	282.786	22.860	305.645	100%

A tabela acima apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram identificados como se segue:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

6. Movimentação das aplicações financeiras por categoria

Categoria	Saldo em 31/12/2022		(+/-) Resgates/ vendas		Rentabilidade		Saldo em 31/12/2023	
	31/12/2022	(+) Aplicações e outras	(-) Resgates/ vendas	(+/-) Rentabilidade	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Titulos públicos	305.033	236.173	(275.982)	35.492	300.716	300.716	300.716	300.716
Titulos privados	66	-	(66)	-	-	-	-	-
Renda variável	546	-	(2.488)	1.940	-	-	-	-
Total	305.645	236.173	(278.534)	37.432	300.716	300.716	300.716	300.716

Categoria	Saldo em 01/01/2022		(+/-) Resgates/ vendas		Rentabilidade		Saldo em 31/12/2022	
	01/01/2022	(+) Aplicações e outras	(-) Resgates/ vendas	(+/-) Rentabilidade	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Titulos públicos	251.363	275.251	(254.488)	32.907	305.033	305.033	305.033	305.033
Titulos privados	1.738	-	(1.692)	20	66	66	66	66
Renda variável	2.554	-	-	2.008	546	546	546	546
Total	255.655	275.251	(256.180)	30.919	305.645	305.645	305.645	305.645

4. Prêmios a receber

a. Ramos de seguros e faixas de vencimentos

A Vencer	Automóvel/ RCE		Compreensivo empresarial		Assistência e outras		Compreensivo residencial		Responsabilidade civil geral		Demais		31/12/2023		31/12/2022		
	Até 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total a vencer	Até 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total vencidos	Até 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total	Total	
Até 60 dias	48.382	5.716	866	2.696	1.348	6.457	65.465	94.962	140.923	1.409	1.409	1.409	1.409	1.409	1.409	1.409	1.409
De 61 a 120 dias	31.010	1.671	511	417	840	3.466	37.915	44.943	44.943	44.943	44.943	44.943	44.943	44.943	44.943	44.943	44.943
De 121 a 180 dias	21.657	845	351	157	388	1.731	25.129	19.529	19.529	19.529	19.529	19.529	19.529	19.529	19.529	19.529	19.529
De 181 a 365 dias	20.190	507	260	136	159	802	22.054	7.717	7.717	7.717	7.717	7.717	7.717	7.717	7.717	7.717	7.717
Total a vencer	121.239	8.739	1.988	3.406	2.735	12.456	150.563	167.151	167.151	167.151	167.151	167.151	167.151	167.151	167.151	167.151	167.151

Os valores do quadro acima estão brutos da redução ao valor recuperável. O montante correspondente à Redução ao Valor Recuperável de R\$ 2.521 (R\$ 6.163 em dezembro de 2022). Cálculo elaborado conforme estudo descrito na nota 2e.

Os produtos da Alfa Seguradora são parcelados em média em 7 prestações.

b. Movimentação de prêmios a receber

Saldo no início do período	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
(+) Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos (*)	167.520	183.576	543.203	680.928
(+) IOF	40.637	50.263	4.407	3.928
(+) Adicional de fracionamento	-	-	(607.521)	(751.376)
(-) Recebimentos	3.642	201	-	-
Redução ao valor recuperável	-	-	151.888	167.520
Saldo no final do período	123.645	9.238	2.103	3.946

(*) O valor de R\$ 10.029 (R\$ 7.023 em dezembro de 2022) referente ao prêmio restituído não está contido neste total. O valor de R\$ 6.484 (R\$ 4.627 em dezembro de 2022), referente a riscos vigentes não emitidos - RVNE, está contido neste total.

5. Operações de resseguro

a. Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Pendentes até 30 dias	2.856	26.574	2.893	25.561
Pendentes até 60 dias	2.889	24.869	3.139	49.689
Pendentes até 120 dias	3.439	260	-	-
Pendentes até 180 dias	-	-	-	-
Pendentes mais de 180 dias	-	-	-	-
Total	15.216	127.490	15.216	127.490

A variação dos créditos de operações com resseguradoras foi relativa ao Contrato de Resseguro Stop Loss - vigência: 01/09/2022 até 31/01/2023.

b. Ativos de resseguro - provisões técnicas

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Sinistros a liquidar - PSL	19.923	18.692	1.579	657
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.325	1.867	28.183	44.490
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	576	1.022	576	1.022
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	52.586	66.728	46.553	60.332
Provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos - PPNG-RVNE	6.033	6.396	-	-
Total	77.443	93.999	77.443	93.999

c. Débitos de Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Prêmios cedidos a liquidar	34.481	164.393	34.481	164.393
Comissão a recuperar	(4.571)	(3.671)	61	61
Sinistros	(300)	(490)	-	-
Ajuste ao valor de realização	29.671	160.293	-	-
Total	59.281	316.025	59.281	316.025

d. Composição por categoria de ressegurador

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Prêmio de resseguro cedido a liquidar	28.177	20.888	159.508	18.931
Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas	56	300	56	198
Ressegurador admitido	1.438	314	729	220
Ressegurador eventual	29.671	21.502	160.293	19.349
Total	59.281	43.004	320.686	38.698

Receitas e despesas	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Ressegurador local	53.202	63.838	186.170	153.960
Ressegurador admitido	-	81	-	84
Ressegurador eventual	2.081	1.182	1.232	414
Total	55.283	65.101	187.402	154.458

e. Demonstração percentual ressegurado

Ramo	31/12/2023		31/12/2022		% de Sinistros Recuperação	
	Prêmio Emitido	Prêmio Resseguro	Prêmio Resseguro	Prêmio Resseguro		
Automóvel	280.286	17.164	6,12%	276.056	32,653	11,83%
Responsabilidade civil facultativo	107.243	9.454	8,82%	93.919	9.571	10,19%
Compreensivo empresarial	50.783	7.671	15,11%	20.690	4.047	19,56%
Compreensivo residencial	29.465	812	2,76%	7.362	287	3,90%
Assistência e outras	13.340	39	0,29%	36.885	4.358	11,83%
Outros	52.057	20.142	38,69%	20.815	14.185	68,15%
Total	533.174	55.283	10,37%	455.697	65.101	14,29%

Ramo	31/12/2023		31/12/2022		% de Sinistros Recuperação	
	Prêmio Emitido	Prêmio Resseguro	Prêmio Resseguro	Prêmio Resseguro		
Automóvel	374.900	137.030	36,55%	346.172	115.668	33,41%
Responsabilidade civil facultativo	96.513	7.825	8,11%	93.731	9.274	9,89%
Compreensivo empresarial	47.457	6.973	14,69%	23.865	4.663	19,54%
Compreensivo residencial	26.241	707	2,69%	9.029	386	4,28%
Assistência e outras	93.894	27.560	29			

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

d. Provisões de sinistros a liquidar - judiciais

A classificação das ações é feita com base no conhecimento que se tem dos fatos, bem como com base no entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, à época do recebimento do ação. As provisões de sinistros a liquidar são contabilizadas mediante análise individual dos riscos para os quais são atribuídos valores de expectativa de desembolso de caixa, mensalmente atualizadas pelo INPC. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

Probabilidade de perda	31/12/2023			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado/valor reclamado (%)
Provável	240	31.096	22.887	73,60%
Possível	228	10.834	1.074	9,92%
Remota	379	20.303	16.679	82,15%
Total	847	62.234	40.640	65,30%

Probabilidade de perda	31/12/2022			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado/valor reclamado (%)
Provável	214	21.242	18.028	84,87%
Possível	435	22.989	17.298	75,24%
Remota	183	11.619	2.827	24,33%
Total	832	55.850	38.153	68,31%

Movimentação

	Provisões relacionadas a sinistros - 2023	Provisões relacionadas a sinistros 2022
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	10.415	7.807
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	7.005	6.387
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	4.124	2.165
Informar o montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	1.604	248

12. Cobertura das provisões técnicas

Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

Provisões técnicas

- (-) Ativos de resseguro redutores de PSL
- (-) Ativos de resseguro redutores de IBNR
- (-) Ativos de resseguro redutores de PDR
- (-) Direitos creditórios (*)
- (-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG
- (-) Ativos de Resseguro Redutores de PPNG
- (-) Total a ser coberto

Bens oferecidos em cobertura:

Quotas de fundos de investimentos exclusivos

Excesso de cobertura

	297.525	299.048
	80.887	33.935

(*) Corresponde ao montante de créditos decorrente do parcelamento dos prêmios de seguros a vencer de riscos emitidos e, também de riscos vigentes e não emitidos. Não são consideradas as parcelas vencidas e vincendas do mesmo devedor.

13. Provisões judiciais

a. Movimentação de provisões

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para os processos de natureza cível e trabalhista classificados como "prováveis" e para os processos de natureza fiscal considerados como "obrigação legal".

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o julgamento definitivo do ação, sobre as quais não cabem mais recursos.

Natureza	Saldo em 31/12/2022	Constituições/(reversões)	Atualizações	Pagamentos	31/12/2023		Depósito judicial em 31/12/2023
					Saldo em	Quantidade de processo	
1 - Fiscal	7.164	-	313	-	7.477	3	8.426
2 - Trabalhista	2.614	1.394	-	-	4.008	7	297
3 - Cível	435	27	-	(444)	18	5	-
Total	10.213	1.421	313	(444)	11.503	15	8.723

Natureza	Saldo em 31/12/2021	Constituições/(reversões)	Atualizações	Pagamentos	31/12/2022		Depósito judicial em 31/12/2022
					Saldo em	Quantidade de processo	
1 - Fiscal	6.879	-	285	-	7.164	3	7.994
2 - Trabalhista	2.811	884	-	(1.081)	2.614	5	574
3 - Cível	147	353	-	(65)	435	8	-
Total	9.837	1.237	285	(1.146)	10.213	16	8.568

(*) O saldo dos depósitos judiciais acima não contempla garantias oriundas de discussões judiciais de sinistro e IPVVA no montante de R\$ 9.078 (R\$ 4.080 em 31 de dezembro de 2022).

b. Descrição resumida dos processos

As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: (i) CPMF - A Companhia vem contestando, judicialmente, a legalidade da CPMF que incidiu sobre a transferência de carteira de planos previdenciários, conforme determinações contidas na Lei Complementar nº 109, de 10 de maio de 2001. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera a probabilidade de perda possível. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 monta R\$ 706 (R\$ 675 em 31 de dezembro de 2022). A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrentes desta ação no montante de R\$ 921 (R\$ 857 em 31 de dezembro de 2022); (ii) PIS - O processo judicial no qual se discute o alargamento da base de cálculo do PIS transitou em julgado, em 2008, afastando a aplicação do conceito de faturamento definido no artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Em decorrência, a provisão constituída no montante de R\$ 2.935 foi revertida em 2008. No processo de levantamento do depósito judicial, a Fazenda Nacional se opôs sob o argumento de que as decisões proferidas no curso do Mandado de Segurança não teriam sido tratadas especificamente da incidência do PIS sobre as receitas financeiras e prêmios de seguros, os quais por terem caráter operacional, estariam compreendidos no conceito de faturamento. Esta interpretação teve acolhimento pelo Juízo de Primeira Instância, que determinou a conversão em renda da União os valores judicialmente depositados. Contra esta decisão, foi interposto Agravo de Instrumento, em que postula o levantamento integral dos valores depositados, sob o argumento da coisa julgada material aperfeiçoado nos autos do Mandado de Segurança. A Administração, considerando o histórico do processo e decisão em caso semelhante em processo de congênera, considerou reconstituir em maio de 2011 a provisão calculada sobre os prêmios de seguros, outras receitas operacionais e receitas financeiras. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.425 (R\$ 5.221 em 31 de dezembro de 2022) parte desta provisão está coberta por depósitos judiciais decorrentes desta ação no montante de R\$ 6.180 (R\$ 5.920 em 31 de dezembro de 2022) e estão registrados no ativo não circulante. O recolhimento desta contribuição vinha sendo efetuado sobre as receitas com salvados. (iii) INSS - A Companhia vem contestando, judicialmente a aplicação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.346 (R\$ 1.268 em 31 de dezembro de 2022) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. Parte da provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 1.325 (R\$ 1.217 em 31 de dezembro de 2022) e estão registrados no ativo não circulante.

Os critérios de provisionamento são de 100% de provisão independente da sua classificação.

c. Ações trabalhistas

As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A Administração realiza acompanhamentos periódicos para cada ação, bem como a avaliação por parte de assessoria jurídica sobre os valores envolvidos e a probabilidade de perda de causas. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.008 (R\$ 2.614 em 31 de dezembro de 2022). Os critérios de provisionamento são de 100% Provável, 0% Possível e 0% Remota.

d. Ações civis

A Companhia responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados à cotação não efetivadas pela Companhia e que estão em diversas fases de tramitação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 18 (R\$ 435 em 31 de dezembro de 2022). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações com probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 380 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 418 em 31 de dezembro de 2022).

As discussões judiciais de natureza cível, seguem o provisionamento de Provável 75%, Possível 0% e Remota 0%.

14. Patrimônio líquido

a. Composição do capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 90.905 (R\$ 90.905 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 66.819.615 (66.819.615 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social. Até 90% da reserva para aumento de capital está limitada a 80% do capital social e a reserva especial para dividendos está limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

d. Destinação do lucro líquido do exercício

A proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício, aprovada pelos Administradores e que será apreciada pelos acionistas em A.G.O., inclui a distribuição de dividendos, conforme abaixo:

Lucro líquido do exercício	9.880
Reserva legal - 5%	(494)
Lucro líquido ajustado	9.386
Dividendos a distribuir - 25%	2.346
Reserva estatutária	6.336
Reserva especial para dividendos	704

15. Detalhamento das contas de resultado

a. Principais ramos de atuação (bruto de resseguro)

Ramo	31/12/2023		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Automóveis	319.534	69,49	16,64
R.C.F. - veículos	99.180	91,91	18,92
Acidentes pessoais	8.657	4,40	17,55
Compreensivo residencial	29.791	23,22	53,52
Compreensivo empresarial	49.832	47,29	23,05
Assistência e outras coberturas - auto	58.609	63,12	16,24
Demais	35.166	60,87	25,50
Total	600.769	66,99	19,87

Ramo	31/12/2022		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Automóveis	345.799	82,31	16,64
R.C.F. - veículos	85.885	99,32	19,37
Acidentes pessoais	9.409	4,67	17,64
Compreensivo residencial	24.932	34,12	20,66
Compreensivo empresarial	44.885	46,46	20,66
Assistência e outras coberturas - auto	88.376	71,63	17,53
Demais	20.183	43,48	28,38
Total	619.469	76,16	19,19

b. Prêmios emitidos

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios diretos	539.658	669.278
Prêmios de cosseguro aceito	-	-
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	(6.484)	4.627
Total	533.174	673.905

c. Sinistros ocorridos

	31/12/2023	31/12/2022
Sinistros diretos	(437.760)	(528.844)
Despesas avisadas	(17.937)	(14.330)
Salvados	58.758	73.443
Resarcimento	3.936	8.523
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(2.850)	(4.881)
Provisão despesas relacionadas	(5.277)	(484)
Serviços de assistência	(1.342)	(5.431)
Total	402.472	(471.804)

d. Custo de aquisição

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões	(117.365)	(123.758)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(2.017)	4.878
Total	(119.382)	(118.880)

e. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com manutenção e rastreamento de veículos	(2.483)	(5.550)
Despesas com assistência ao segurado	(583)	(18)
Despesas com prestação de serviços	(3.803)	(1.422)
Despesas com inspeção de risco	(1.287)	(1.007)
Despesas com cobrança	(1.645)	(2.251)
Despesas com administração de apólice	(402)	(415)
Despesas com consultas cadastrais	(625)	(2.430)
Despesas com remuneração extra	(433)	(542)
Redução ao valor recuperável	3.160	191
Receitas com regulação DPVAT	(472)	79
Outras despesas	(139)	(1.706)
Total	(8.713)	(15.091)

f. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(31.860)	(30.810)
Despesas com localização e funcionamento	(18.593)	(17.969)
Despesas com serviços de terceiros	(11.473)	(8.586)
Despesas administrativas de representação	(4.030)	(5.292)
Recuperação despesas de rateio	2.813	3.715
Outras	(722)	(976)
Total	(63.865)	(59.918)

g. Despesas com tributos

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com COFINS	(10.079)	(8.531)
Despesas com PIS	(1.638)	(1.451)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.670)	(1.172)
Outras	(252)	(300)
Total	(13.639)	(11.854)

h. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:	43.893	39.319
Rendimento das aplicações	37.432	32.787
Receitas com operações de seguros	5.591	4.939
Ajuste a valor justo - aplicações a valor justo por meio do resultado	-	568
Receitas financeiras com atualização monetária	611	831
Outras	259	194
Despesas financeiras:	(10.564)	(7.309)
Desvalorização das aplicações	-	(1)
Despesas com atualização monetária	(476)	(281)
Despesas com operações de seguros	(8.537)	(4.591)
Ajuste a valor justo - aplicações a valor justo por meio do resultado	(583)	(2.436)
Despesas com juros	(968)	-
Total	33.329	32.010

16. Impostos sobre a renda correntes e diferidos

a. Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes dos impostos e após participações	16.781	(27.303)	16.781	(27.303)
Adições(exclusões) permanentes:				
Outras	22	142	421	142
Adições(exclusões) temporárias:				
Provisões judiciais	859	(3)	859	(3)
Provisões para riscos sobre créditos	(3.102)	38	(3.102)	38
Provisões para pagamento de despesas	(301)	292	(301)	292
Base de cálculo dos tributos	14.259	(26.834)	14.658	(26.834)
Compensação base 30%	(4.278)	-	(4.397)	-
Base de cálculo dos tributos após a compensação	9.981	(26.834)	10.261	(26.834)
Impostos correntes às alíquotas vigentes	(2.471)	6.709	(1.539)	4.025
Incentivos fiscais	180	-	-	-
Impostos a pagar	2.291	6.709	(1.539)	4.025
Créditos tributários:				
Sobre diferenças temporárias	(1.954)	82	(1.116)	49
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	(4.245)	6.791	(2.655)	4.074
Taxa efetiva	30%	25%	18%	15%

17. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

Como efeito deste compromisso, a Administração mantém a concentração destes ativos basicamente em fundos de investimentos em títulos públicos federais, de natureza de alta rentabilidade e liquidez e a Administração avalia frequentemente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Nesta gestão considera-se o ciclo operacional da captação do seguro, que serão reinvestidos conforme a política de investimentos da Companhia.

Utiliza-se para avaliação do risco de liquidez, a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo.

A tabela abaixo demonstra os saldos de ativos e passivos financeiros agrupados pela expectativa de realização dos fluxos de caixa não descontados.

	Fluxo de ativos (I)	Fluxo de passivos (II)
Fluxo de 0 a 3 meses	253.083	258.228
Fluxo de 3 a 6 meses	146.217	74.644
Fluxo de 6 a 12 meses	81.749	66.193
Fluxo acima de 12 meses	120.344	68.995
Total	601.393	468.060

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base nos fluxos do teste de adequação dos passivos (TAP).

Riscos de mercado

O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a asseribilidade esperada onde cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreamento, sendo utilizadas fontes de precificação.

Os processos e metodologias de gestão de riscos do grupo Alfa seguem as práticas do mercado financeiro, praticadas com transparência e consonância às diretrizes regulatórias e mandatórias da política de investimento.

Os controles são executados pela área financeira com apoio da estrutura de gerenciamento de risco do grupo Alfa, administrando seus riscos de forma corporativa. A Administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração.

O Grupo Alfa utiliza-se da avaliação de risco através do VaR (Value at Risk) paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de análise de 1 dia útil. Destaca-se a utilização de tratamento de volatilidade pelo método EWMA com fator de decaimento de 0,94. Concomitantemente ao controle de VaR, testes de stress são efetuados baseados nos cenários e premissas divulgados ao mercado pela B3, Brasil, Bolsa, Balcão. Ambos os controles de avaliação de risco e stress possibilitam dimensionar a probabilidade de perda financeira, com determinado grau de confiança para um horizonte de tempo. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

	VaR	Patrimônio
2023	15	297.531

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos do fundo de investimento, SELIC para títulos públicos e a variação do Ibovespa para ativos em renda variável. Em dezembro de 2023, o desempenho global dos ativos financeiros no acumulado do período foi:

Ativo	Rentabilidade do período	Benchmark	Comparação com Benchmark
Fundo de renda fixa	12,94%	13,04%	99,24%
Renda fixa (títulos públicos)	12,55%	13,04%	96,32%

g. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Companhia entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A companhia possui sistema de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos que possibilita o mapeamento dos riscos e controles relacionados aos processos das operações de seguros.

A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (Control Self Assessment) - ciclo de autoavaliação. O ciclo de autoavaliação é realizado bianualmente, sendo formalizado pela Gerência de Gestão de Riscos.

A Companhia possui agentes de controles internos (gerentes dos departamentos), alocados nas gerências operacionais, sendo de responsabilidade da gerência de controles internos formalizar a gestão de riscos e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da gerência de controles internos.

Atuando continuamente na Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, busca aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

h. Risco legal e regulatório

Este tipo de risco é definido pela Companhia como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Companhia através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores.

20. Sensibilidade aos riscos

Risco de seguro

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através de duas simulações de aumento, a primeira com aumento de 5% e a segunda com aumento de 10%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme demonstrado na tabela abaixo.

	31/12/2023		31/12/2023
	Efeito no resultado operacional antes dos impostos	Efeito no patrimônio líquido **	Efeito no resultado operacional antes dos impostos
Sinistralidade + 5%	Líquido de resseguro (16.870)	(9.278)	Sinistralidade + 10%
Bruto de resseguro*	(20.124)	(11.068)	Bruto de resseguro*
	31/12/2022		
	Efeito no resultado operacional antes dos impostos	Efeito no patrimônio líquido **	Efeito no resultado operacional antes dos impostos
Sinistralidade + 5%	Líquido de resseguro (15.869)	(15.869)	Sinistralidade + 10%
Bruto de resseguro*	(23.590)	(23.590)	Bruto de resseguro*

(*) Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.

(**) O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do exercício.

Risco de mercado

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para complemento do controle de riscos, são efetuadas análises de sensibilidade em conjunto ao VaR e Stress Test, em cenários históricos de ocorrências de elevação ou diminuição de ativos e passivos em conjunto com a análise do cenário macroeconômico atual.

Segue abaixo a análise de sensibilidade para os riscos financeiros para ativos financeiros designados a valor justo por meio de resultado, levando em consideração a melhor e a pior estimativa (cenário) para os ativos da Companhia. O resultado apresentado é uma análise de variação de taxa de juros, inflação e índice Bovespa do período base de 31 de dezembro de 2023.

Variável financeiro	Premissas %	Impacto estimado em 31/12/2023 resultado bruto do período e patrimônio líquido
Taxa de juros	10%	3.848
Taxa de juros	(10%)	(3.148)
Taxa pré	10%	35
Taxa pré	(10%)	(35)

Com relação à taxa de juros, na carteira encontram-se ativos privados e Letras do Tesouro Nacional na forma compromissada, cujo resultado já é determinado diariamente e os demais ativos, cujas taxas acompanham a variação da taxa Selic. Como premissa estimamos impacto positivo e negativo de 10% sobre a taxa Selic base de dezembro/2023 (11,75% a.a.) e foi definida para a taxa-pré (11,64% a.a.).

Limitações da análise de sensibilidade - Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

21. Normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 48 (IFRS 9 Financial Instruments - instrumentos financeiros)

O CPC 48 (IFRS 9), publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 (IFRS 9) inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 (IFRS 9), foi aprovada pela SUSEP, por meio da Circular nº 678/2022, cuja vigência inicia-se a partir de 1º de janeiro de 2024.) A companhia está ciente da norma e está avaliando os impactos.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2023 e quando referendada pela SUSEP. A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Companhia requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the "premium allocation approach") estabelece uma abordagem semelhante à contabilização atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma companhia reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros. A norma somente será adotada quando for referendada pela SUSEP.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro (IFRIC 23)

A ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro visa esclarecer os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração dos impostos no CPC 32 de Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro. A norma será aplicada quando referendada pela SUSEP.

DIRETORIA

LEONARDO ZAVATINI

PAULO RICARDO MANNA SANTOS

CONTADORA

APARECIDA ZAVAM PERES PIRES
CRC nº 1SP153039/O-3

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

EDSON GONÇALVES DE AGUIAR
MIBA nº 1699

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Alfa Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da administração

A administração da Alfa Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuariários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo

com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Alfa Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem se incorretas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Alfa Seguradora S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2024



Grant Thornton
An instinct for growth
Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51
CNPJ nº 161

Elmo Henrique de Moraes
Atuário MIBA 2040

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem se incorretas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis materiais utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequ